Comunicação no Cone Sul: ações e perspectivas[1]

Maria Cristina GOBBI[2]
Juliana C. G. BETTI[3]
UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Resumo

O texto integra o projeto "Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil 2012-2013" que tem como mote a etapa de "Formação e Cognição". Faz parte de um projeto mais amplo, resultado da parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com o apoio da Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (Socicom), iniciado no ano de 2010. Este documento integra a primeira fase da pesquisa que inicia a revisão sobre os estudos em Comunicação no Brasil. Mas pesquisar no âmbito da Comunicação é ter uma considerável gama de informações e de dados que ainda precisam de refino, apuração, análise e sistematização, constituindo a segunda etapa da pesquisa.

Palavras-chave: Comunicação; Educação; IPEA, Socicom; Cone sul

Introdução[4]

Os últimos 50 anos têm sido marcados por grandes acontecimentos. O mundo globalizado, onde as fronteiras não resistiram aos avanços das tecnologias, especialmente as digitais, viu coisas grandiosas acontecerem, como os movimentos ambientalistas mundiais pela preservação dos recursos naturais do planeta; os sete bilhões de habitantes no mundo; a queda do Muro de Berlin, os protestos por democracia em países do norte da África e do Oriente Médio (Primavera Árabe), iniciados pelas redes sociais, buscando pôr fim aos

[1] Trabalho apresentado no GP Mídia, Culturas e Tecnologias Digitais na América Latina, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em setembro de 2013.

[2] Pesquisadora, pós-doutora pelo Programa de Integração da América Latina (Prolam) da Universidade de São Paulo (USP); docente do Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP); docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação; atual vice-coordenadora e professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Televisão Digital também na UNESP; coordenadora do Grupo de Pesquisa "Pensamento Comunicacional Latino-Americano" do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); diretora administrativa da Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (Socicom). Bolsista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Coordenadora da pesquisa sobre o Panorama da Comunicação e das Telecomunicações 2012-2013. *E-mail*: mcgobbi@terra.com.br.

[3] Jornalista, mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora substituta dos cursos de Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Assistente de Pesquisa II do IPEA. E-mail: jubetti@terra.com.br

[4] Esse texto integra o projeto "Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil 2012-2013", fruto da parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com o apoio da Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (Socicom), iniciado no ano de 2010. Com duas etapas já concluídas (2010-2011 e 2011-2012), o conjunto de textos foi publicado impresso, em duas séries, com sete volumes no total e que também estão disponíveis *online* no site do IPEA para download. Os três volumes da primeira incursão está disponível no site: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6724 e a segunda etapa, composta por quatro volumes podem ser baixada pelo site: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=13612 acesso dez de 2012.

regimes ditatoriais e tirânicos; as múltiplas manifestações populares para a reabertura de Cuba para o mundo, ocorrendo a passos lentos, mas acontecendo. O desenvolvimento da medicina, das vacinas, tratamento com células tronco; o caminho da comprovação da existência do bóson de *Higgs*, a chamada "partícula de Deus", responsável por dar massa para todas as outras partículas etc.

No Brasil, os debates sobre a construção de usinas hidroelétricas, a descoberta da camada pré-sal; a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (*Confecom*). A criação do *Kinect*, desenvolvido pelo brasileiro Alex Kipman; a popularização dos aparelhos celulares; a tecnologia 3D que trouxe uma revolução nas formas de transmissão e acesso. Ampliação do ingresso nos espaços como *Orkut, Facebook, Firefox, YouTube, Wikipédia, Chrome* e códigos abertos; o número de *PCs* (computadores pessoais) em uso no planeta ultrapassou 1 bilhão e o que dizer do fim dos fios em aparelhos de informática, onde televisores, câmeras, aparelhos de *DVD*, computadores, impressoras e monitores funcionaram entre si por meio de ondas, do tipo Bluetooth, *Wi-Fi* e "USB sem fio", última novidade no setor. Estes são alguns avanços sociais impulsionados e muitas vezes facilitados pelo uso das tecnologias da comunicação e das telecomunicações.

A formação universitária e mais especificamente em Comunicação é um setor estratégico do desenvolvimento nacional de todos os países. Reconhecer e relacionar temas, incluídas as estruturas produtivas e as políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), as interconexões entre as múltiplas dimensões da infraestrutura, especificamente do Ensino da Comunicação e das Telecomunicações, entre outras ações ligadas a formação, em seus vários âmbitos, possibilitam mapear o desenvolvimento das nações, o amadurecimento das instituições de ensino públicas e privadas e de seus estoques informacionais de conhecimento. Igualmente permite o reconhecimento das aplicações realizadas no campo da formação e do saber utilitário do acervo cognitivo acumulado.

Múltiplos cenários têm sido descortinados ao longo, principalmente, da última década, no continente. A inclusão da comunicação na agenda mundial de governos e de organizações não governamentais, a ampliação e consolidação das indústrias sonoras e audiovisuais, o crescimento das universidades, que aumentaram seus focos de atuação de áreas específicas da comunicação, como o jornalismo e a publicidade, para espaços transmidiáticos, muitas vezes amparados pelas tecnologias digitais, têm expandido a

necessidade de reunir as ações, centros de produção e resultados alcançados em torno de um eixo comum de desenvolvimento da Comunicação na América Latina.

Assim, pode-se afirmar que o foco central das análises, nessa pesquisa, se dá de forma interdisciplinar, respeitando-se, porém, o estatuto próprio de cada disciplina que compõe o campo da Comunicação e as especificidades das Ciências da Comunicação e da Educação. A opção interdisciplinar objetiva gerar um pensamento amplo, plural e renovado, situado na fronteira que caracteriza as singularidades da construção do conhecimento. (FAZENDA, 2003, p. 43)

Desafios permanentes da Educação Superior

A educação formal, especificamente a superior, entra no cenário mundial por vários fatores. Muito mais do que prover as sociedades de informação do registro das descobertas de cada época e das formas de sua utilização, pode-se destacar a difusão do conhecimento novo, capaz de ser um ponto extraordinário para o desenvolvimento econômico e social. Assim, é de fundamental importância que os países, especialmente os do Cone Sul, foco central dessa etapa da pesquisa, se unam objetivando criar formas de integração, ampliando a coesão entre as regiões e a mobilidade social, através de ações que promovam o acesso equitativo ao conhecimento.

Se por um lado a busca por uma agenda comum para atender as atuais demandas da sociedade do conhecimento se faz urgente, por outro é 'mister' perceber que isso tem ocasionado reformas, transformações e adaptações de toda ordem, quer educacionais, sociais ou políticas, não somente no âmbitos dos países, mas das instituições que integram o composto da educação superior. Como assinalou o Informe CINDA (2011, p. 25),

> En el plano nacional, nuevos modos de gestión a distancia de los sistemas de educación superior han recibido una importante atención. El desarrollo de sistemas de aseguramiento de la calidad a expensas de una mayor autonomía institucional ha sido otro elemento importante en las agendas de reforma. También se ha hecho hincapié en el seguimiento de los resultados y, por consiguiente, un mayor énfasis en el desarrollo de sistemas de gestión de la información e indicadores.

Sem dúvidas os resultados podem ampliar os níveis de crescimento econômico e de competitividade nacional, com a acumulação de capital humano conhecedor das identidades nacionais e das demandas regionais-locais, que se descortinam em ritmo acelerado nessa primeira metade do século XXI, fortalecendo a democracia.

Como citado no Informe CINDA (2011, p. 24-25) vários são os desafios e as pesquisas que buscam não somente sistematizar, mas analisar criticamente as principais ações que estão sendo desenvolvidas no âmbito dos países e de suas instituições. Philip G. Altbach, Liz Reisberg y Laura E. Rumbley em seu estudo "*Tras la pista de una revolución académica: Informe sobre las tendencias actuales,* preparado para a Conferencia Mundial sobre la Educación Superior 2009", assinalam, de acordo com o Informe CINDA (2011, p. 24)

> […[la mundialización, una realidad fundamental en el siglo XXI, ya ha ejercido una profunda influencia en la enseñanza superior. Definimos la mundialización como la realidad que conforman una economía mundial cada vez más integrada, la nueva tecnología de la información y las comunicaciones (TIC), la aparición de una red internacional de conocimientos, el papel del idioma inglés y otras fuerzas que escapan al control de las instituciones académicas. La internacionalización es, en nuestra definición, la multiplicidad de políticas y programas que las universidades y las autoridades públicas ponen en práctica frente a la mundialización, consistentes normalmente en enviar a alumnos a cursar estudios en el extranjero, establecer campus filiales en otros países o entablar algún tipo de relación de asociación interinstitucional[5].

A discussão entre centro e periferia com referência ao lugar ocupado pelas instituições de ensino superior tem permeado a mesa de discussões de vários representantes de governo, ministros de estado, dirigentes institucionais, educadores etc. As desigualdades entre os sistemas nacionais de ensino superior se firmam como formas de definir agendas e evidenciar diferenças que ranqueiam as instituições, caracterizando aquelas que ocupam o centro da produção e da qualidade e as outras, que mesmo a margem, muitas vezes sem condições de competir de forma adequada, vão buscar alternativas para chegar ao centro. O Informe CINDA (2011, p. 24) evidencia que,

> […] el mundo académico se ha caracterizado siempre por constar de centros y periferias; el centro está compuesto por las universidades más potentes, que normalmente lo son por las proezas que realizan en materia de investigación y por su reputación de excelencia. En cambio, a muchas universidades del mundo en desarrollo les resulta extremadamente difícil y complejo introducirse en el escenario de la enseñanza superior mundial y representar un papel en él: apenas figuran en las tablas de clasificación mundiales de establecimientos de «categoría mundial» y producen un porcentaje minúsculo de las investigaciones que se realizan en el mundo. Su hipótesis de trabajo es que cada vez es mayor la tensión existente en torno a la dinámica centro-periferia. A menudo, explican, los países en

[5] Nota: Philip G. Altbach, Liz Reisberg y Laura E. Rumbley, Tras la pista de una revolución académica: Informe sobre las tendencias actuales. Resumen ejecutivo. Paris: UNESCO, con el apoyo de SIDA/SAREC, 2009, p. iii. Disponible en: http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001831/183168s.pdf.

> desarrollo desean poseer universidades de categoría mundial de igual nivel que las universidades tradicionales del «centro». Los rankings de instituciones académicas y de programas de titulación agravan esta tensión. Las clasificaciones internacionales favorecen a las universidades que emplean el inglés como idioma principal de instrucción e investigación, imparten una gran variedad de disciplinas y programas y cuentan con ingentes recursos para investigación procedentes de fuentes públicas y privadas. Concluyen que estos *rankings* adolecen de problemas metodológicos bien conocidos, pero se usan ampliamente, son influyentes y no hay indicios de que vayan a desaparecer.

Não há fórmulas mágicas e nem rápidas para o processo de crescimento e ampliação da qualidade da pesquisa científica e como consequência da entrada e permanência das instituições no seleto grupo das ranqueadas pelos vários índices de qualificação do ensino superior existentes. Uma medida em longo prazo seria a incorporação aos currículos, em todos os níveis de ensino, de ações que estimulem não somente a produção, mas a produção de qualidade, aliada a publicação científica. É necessário o estímulo financeiro, propiciando condições para que pesquisadores possam desenvolver suas pesquisas com qualidade, prazos, equipamentos, equipes adequados. Igualmente importantes são aquelas ações empreendidas no âmbito dos países e das instituições de ensino superior, criando uma agenda de interesses comum e o intercâmbio do conhecimento produzido. Esse conjunto de atos, sem dúvida, pode permitir o movimento das instituições que estão na periferia do sistema, possibilitando chegar a patamares mais elevados nos índices de classificação e nos famosos *rankings* internacionais que, muitas vezes, por serem métricas, avaliam apenas o lado quantitativo da produção científica. É o resgate da famosa disputa do "Publish or Perish" que violenta pesquisadores, professores, estudantes e instituições. É necessário pensar no Cone Sul científico de qualidade, muito mais do que quantidade.

Caminhando nessa direção, os desafios da globalização, aliados as possibilidades descortinadas em toda a região do Cone Sul evidenciam ações que norteiam aproximações políticas, econômicas, educativas e sociais. Para atender as demandas da crescente sociedade do conhecimento as nações buscam fórmulas de intercambiar conhecimentos, visando principalmente o desenvolvimento nacional. Muito mais do que compreensão de tecnologias e das técnicas capazes de fazer funcionar as engrenagens da sociedade tecnológica são necessárias ações que objetivem o intercâmbio do conhecimento acumulado e novo, ofertando aos sistemas sociais a possibilidade de equidade, igualdade e de justiça social, permitindo condições mais igualitárias de acesso.

Nesse panorama várias ações vêm sendo empreendidas, não somente no sentido de sistematizar as necessidades dos países, mas de buscar soluções que possam atender as

emergentes necessidades de conhecimento, de forma a tornar cada um dos espaços-nação mais competitivo no cenário internacional, ampliando as bases de informação, respeitando os níveis de desenvolvimento, mas e também propondo ações que possam ofertar crescimento econômico, social, tecnológico, cultural e acesso ao conhecimento novo, produzindo ciência de forma mais democrática.

Assim, a ideia de criar igualdade na produção e no intercâmbio de conhecimentos, de maneira a fortalecer as identidades dos países que compõe o espaço do Cone Sul e integram a América Latina, de acordo com a Declaração de Guadalajara[6], passa pela inovação científica e tecnológica e demonstra a necessidade de "[...] promover un mercado común del conocimiento como un espacio para el saber, las artes y la cultura, liberalizando los intercambios de materiales culturales, didácticos y educativos; facilitando el intercambio y la provisión de equipamiento científico y tecnológico; y creando incentivos para la comunicación y transmisión de conocimientos", fortalecendo a capacidade de "geração de inovações para reforçar a competitividade industrial e a eficiência social". (CINDA, 2011, p. 26)

Educação Superior no Cone Sul: similitudes e idiossincrasias

Ao mergulharmos nos cenários dos países em estudo várias situações, com referência ao ensino superior, chamam a atenção. O Informe CINDA (2011, p. 52) evidencia alguns desses pontos trazendo índices que medem os níveis de desenvolvimento humano e de integração social. De acordo com os dados disponibilizados,

QUADRO 1 - Índices do Mercosul

País	Índice de Desenvolvimento Humano[1], 2010		Pobreza na População (%)[2]		Índice de Desenvolvimento Educacional[3], 2008	
	Pontuação	Ranking*	<2,25 USD-PPP x dia – último ano disponível>	<2 USD-PPP x dia – último ano disponível>	Pontuação	Ranking**
Argentina	0,775	46	4,5	11,3	0,971	38
Brasil	0,699	73	5,2	12,7	0,887	88

[6] "Según señala Vicente Fox Quesada, 'En 1991, en la ciudad mexicana de Guadalajara, se dio nacimiento al concepto de una Comunidad Iberoamericana de Naciones, basada en las afinidades históricas y culturales de nuestros pueblos, en la riqueza de sus orígenes y de su expresión plural, así como en el compromiso común con la democracia, el respeto a los derechos humanos y las libertades fundamentales'. Vicente Fox Quesada, 'Una nueva cultura de Cooperación Internacional'; disponible en: http://www.cumbresiberoamericanas.com/principal.php?p=127". Fonte: CINDA, 2011, p. 26.

Chile	0,783	45	<2,0	2,4	0,968	49
Uruguai	0,640	96	<6,5	14,2	0,936	72
Paraguai	0,765	52	2,0	4,2	0,972	36

Fonte: Informe CINDA (2011, p. 52). Adaptado pelas autoras.
(1) Índice de Desarrollo Humano 2010. http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_ES_Tables_reprint.pdf
(2) The World Bank, World Development Report 2010[7].
(3) Unesco, Education for All Global Monitoring Report 2011[8].
*Lugar ocupado entre 169 países, ano 2010.
**Lugar ocupado entre 127 países, ano 2008.

Pelo índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas os países do Cone Sul estão na categoria de desenvolvimento humano médio. Os níveis de pobreza também estão no patamar mediano, estando o Chile mais avançado nesta questão. No índice de desenvolvimento da Educação Para Todos os números do Brasil não são muito promissores. Atrás dos outros países, esse dado reflete a problemática do ensino nacional.

> Dos quatro dados que a Unesco usa para montar o IDE, em três o Brasil vai bem e tem resultados acima de 0,900 - o mínimo para ser considerado de alto desenvolvimento educacional. São bons os números de atendimento universal, analfabetismo e igualdade de acesso à escola entre meninos e meninas. Já quando se analisa o índice que calcula quantas das crianças que entraram na 1ª série do ensino fundamental conseguiram terminar a 5ª série, o País despenca para 0,756, um baixo IDE. (PARAGUASSÚ, 2013, web)

No mesmo artigo, a jornalista aponta que de acordo com a UNESCO estão fora da escola 72 milhões de crianças no mundo e fazendo uma projeção para 2015 esse número deve aumentar para 56 milhões se nada for feito para alterar esses dados. São 759 milhões de analfabetos, escolas de má qualidade e alta evasão, especialmente nas séries iniciais. “Dos 128 países para os quais a Unesco obteve dados para esse relatório, 62 devem atingir as metas de acesso à educação de qualidade. Outros 36, entre eles o Brasil, estão a caminho, mas tem resultados mistos, com problemas especialmente no analfabetismo e na qualidade. Trinta estão longe das metas e até regredindo”. (PARAGUASSÚ, 2013, web)

Os índices econômicos e sociais, os estudos pioneiros realizados em várias frentes e as atualizações que vem sendo realizadas evidenciam que a América Latina é uma das regiões mais desiguais do mundo. Uma das mais manifestas formas de desigualdade está no ingresso a educação que basicamente, na maioria dos países estudados, está muito ligado as

[7] The World Bank, World Development Report 2010. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2010/Resources/5287678-1226014527953/Statistical-Annex.pdf, Acesso dez. 2012.
[8] Unesco, Education for All Global Monitoring Report 2011. Disponível em: http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ED/GMR/pdf/gmr2010/gmr2010-annex-01-edi-es.pdf, acesso em dez. 2012

condições socioeconômicas do ingressante. O número de instituições públicas não atendem as altas demandas. Aliado a isso, grande parte dos jovens, na faixa dos 20 aos 24 anos empenham duas jornadas amplas, como no caso do Brasil. Esses estudantes trabalham durante o dia, em jornadas, muitas vezes, de mais de 8h dia e estudam a noite. Há outros quadros igualmente alarmantes, como jovens que estão na zona rural, baixa qualidade no ensino de primeiro grau, corpo docente despreparado para atingir níveis internacionais, falta de apoio financeiro e estrutural das instituições de ensino e das agências de fomento, número de horas de trabalho dos docentes muito ampliadas, dificultando o desenvolvimento de pesquisas de ponta, poucas instituições com níveis de excelência, acirrando a competitividade etc. (CINDA, 2011, p. 54-59)

A competitividade dos países do Cone Sul, estudados nessa pesquisa, estão situados dentre os menores índices. Informações mais detalhadas podem ser obtidas no *Informe de Competitividad Global 2010-2011* del *World Economic Forum*. Os dados demonstram diferenças singulares entre os países, especialmente se comparados com os desenvolvidos. De acordo com os resultados, somente Chile, Porto Rico, Espanha, Portugal y Panamá ocupam posições no segundo quintil de maior competitividade.

Em um comparativo[9] para medir a qualidade da educação superior, com base no índice da economia do conhecimento, disponibilizado pelo Banco Mundial, permite verificar a posição relativa dos países tendo como foco vários indicadores agrupados em quatro dimensões-chave: incentivos econômicos, desenvolvimento da educação e do capital humano, capacidade de inovação e uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação. Dos cinco países do Cone Sul pesquisados somente o Chile está acima de sete, em uma escala de 1 a 10.

Não há como pensar em educação sem considerar o capital humano como fator primordial em todo o processo. Assim, "[…] para abordar las tareas del crecimiento y competitividad, superar la pobreza, aumentar los niveles de cohesión social y participación social, y fortalecer las instituciones que facilitan la gobernabilidad democrática, las sociedades necesitan incrementar sostenidamente su capital humano. En esta tarea juegan un rol decisivo las instituciones educacionales". (CINDA, 2011, p. 70-71).

Embora exista um compromisso formal para ampliar o tempo de permanência escolar, somente o Chile (juntamente com a Espanha e com Cuba) superam os 10 anos de escolarização. Porém, é necessário destacar que o Brasil tem dado um incremento especial

[9] Dados mais detalhados estão disponíveis em: http://info.worldbank.org/etools/kam2/kam_page1.asp, acesso em jan de 2013.

nesse quesito. De acordo com o Informe CINDA (2011, p. 72), durante as últimas cinco décadas o Brasil triplicou os anos de escolarização da população, juntamente com El Salvador, Honduras, México e Bolívia.

Com referência aos índices que medem a educação por meio da desigualdade de condições de anos de escolarização de toda a população adulta (medida em uma escola de zero a um, e quanto menor seu valor, maior é o nível de desigualdade), as estimativas para os países analisados são bastante alentadoras, demonstrando o empenho dos governos e da sociedade civil para melhorar o acesso da população adulta ao ensino e desenvolver políticas que permitam a permanência dos jovens na escola, completando o segundo ciclo de formação. Em países como a Argentina, Chile, Uruguai os resultados se aproximam de "um", abonando uma aproximação muito significativa da igualdade.

Em 13 de dezembro 2011, a Presidente Dilma Rousseff lançou o regulamento do programa Ciência sem Fronteira, que é o maior programa de expansão e internacionalização da ciência, tecnologia e inovação brasileira. De acordo com dados do Ministério da Educação, serão 75 mil bolsas de estudos para alunos brasileiros de graduação e pós-graduação para instituições internacionais. O programa pretende também atrair pesquisadores do exterior interessados em trabalhar no Brasil. A iniciativa privada patrocinaria outras 26 mil bolsas, perfazendo o total de 101 mil bolsas.

Decorridos um ano da implantação do programa Ciência sem Fronteira o que pode ser observado é que os números ainda são pouco representativos, talvez isso explique a baixa escolha dos estudantes.

QUADRO 2 - Bolsas Concedidas pela CAPES e pelo CNPq, por modalidade e por país, no Programa Ciência sem Fronteiras, 2011[10]

País de destino	Doutorado	Doutorado Sanduíche	Pós-Doutorado	Graduação Sanduíche	Atração de Pesquisadores	Total Geral
África do Sul	0	4	2	1	0	7
Alemanha	68	218	158	1.209	0	1.653
Argentina	0	0	1	0	0	1
Austrália	19	88	42	676	0	825
Áustria	3	22	7	7	0	39
Bélgica	12	53	21	75	0	161
Brasil	0	0	0	0	597	597
Canadá	40	220	112	1685	0	2.057
Chile	0	3	1	29	0	33
China	1	3	2	0	0	6

[10] Material disponível em: http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/estatisticas-e-indicadores, acesso em dez 2012.

Cingapura	0	2	0	1	0	3
Coréia do Sul	0	0	1	195	0	196
Costa Rica	0	0	1	0	0	1
Dinamarca	2	28	6	8	0	44
Espanha	35	311	165	1.845	0	2.356
Estados Unidos	101	999	671	2.913	0	4.684
Finlândia	0	9	3	36	0	48
França	79	384	232	1.880	0	2.575
Grécia	0	4	0	0	0	4
Holanda	23	88	54	431	0	596
Hong Kong	0	1	0	4	0	5
Hungria	0	4	0	0	0	4
Índia	0	2	0	0	0	2
Irlanda	0	6	6	7	0	19
Israel	0	1	2	0	0	3
Itália	16	98	41	478	0	633
Japão	1	9	9	10	0	29
Luxemburgo	0	0	1	0	0	1
México	1	2	1	0	0	4
Noruega	2	9	2	5	0	18
Nova Zelândia	1	4	5	7	0	17
Polônia	0	1	0	0	0	1
Portugal	103	279	116	2.355	0	2.853
Reino Unido	142	222	242	1.198	0	1.804
República Tcheca	0	6	0	0	0	6
Rússia	1	0	0	0	0	1
Suécia	2	31	18	21	0	72
Suíça	2	28	18	10	0	58
Turquia	0	2	0	0	0	2
Total Geral	**654**	**3.141**	**1.940**	**15.086**	**597**	**21.418**

Fonte: MEC-BRASIL - Última atualização: 06/12/2012

Até dezembro de 2012 foram implementadas 17.037 bolsas e 12.633 estavam vigentes. Porém a comunicação não estava ainda contemplada nessas primeiras ações. Foi somente a partir de dezembro de 2012 que a área de Ciências Sociais Aplicadas pôde participar dos primeiros editais.

Considerações finais

Embora as ações sejam positivas é fundamental criar mecanismos de competência interna para ampliar não somente do envio de estudantes, mas para recebê-los, como por exemplo, o domínio por parte dos professores de outro idioma, as instituições precisariam criar planos de desenvolvimento institucional, com programas de internacionalização

dirigidos para todas as classes de estudantes, contribuindo para a formação de neo-elites sociais de jovens pesquisadores, preocupados com o desenvolvimento, em todos os âmbitos, de seus países de origem.

Também se faz necessário abrir canais de comunicação efetiva, disponibilizando informações claras não somente aos estudantes interessados nos programas de mobilidade, mas para a comunidade acadêmica geral, atraindo mais jovens talentosos. Disponibilizar de forma ampliada os resultados alcançados, criar mecanismos de acompanhamento dos estudantes em mobilidade, especialmente no que tange aos resultados de suas pesquisas, estimulando não somente a continuidade, mas a divulgação dos resultados alcançados.

É imperativo reunir esforços para agilizar os processos de internacionalização educativa, demovendo parte das burocracias. Para isso é fundamental a adoção de políticas comuns. Isso possibilitaria ampliar a visibilidade internacional das ações empreendidas no âmbito dos países, melhorando a imagem institucional, atraindo mais estudantes para a região e com isso expandir o nível de investimento no setor.

Por mais diferenças que existam entre os países da região é fundamental a formulação de um projeto integrador, com origem nos próprios países, respeitando a diversidade cultural, que seja acessível para todos, que favoreça a geração de conhecimento novo e de ponta, baseados em um renovado apoio a pesquisa científica.

As instituições do Cone Sul e seus governos devem estar atentos aos processos de mobilidade, onde mais se envia que recebe estudantes, pois é uma forma de patrocinar e ampliar as divisas nas regiões desenvolvidas, reforçando a lógica mercantil da educação. É necessário ficar atento à privatização do ensino e a sua transformação em mercadoria. É consenso que não é possível atingir os níveis de educação competitiva com base no número de instituições, mas é fundamental resgatar a função da universidade como instituição social geradora de conhecimento novo, capaz de possibilitar o desenvolvimento conjunto das nações.

Referências bibliográficas

CINDA. Centro Interuniversitario de Desarrollo - Universia. **Educación Superior en Iberoamérica** – Informe 2011. Primera edición: octubre de 2011. José Joaquín Brunner (editor • coordinador) e Rocío Ferrada Hurtado (editora adjunta), 2011.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**. Efetividade ou ideologiaI. São Paulo: Loyola, 2003.

GOBBI, Maria Cristina. Mapa Cognitivo: ensino da Comunicação no Brasil. IN: CASTRO, Daniel; MARQUES DE MELO, Jose (orgs.) e RODRIGUES, João Claudio Garcia (ed.). **Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil 2011/2012.** Tendências. Brasília: IPEA/Socicom, 2012.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/superior-condicoesdeensino, acesso jan 2013.

MEC-BRASIL. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13454:acr, acesso jan de 2013.

PARAGUASSÚ, Lisandra. **Brasil é 88º em índice de desenvolvimento da educação**. Agência Estado. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-e-88-em-indice-de-desenvolvimento-da-educacao,498314,0.htm, acesso jan de 2013